

O RACISMO na HISTÓRIA DO BRASIL

A Resistência Negra



Prof. Tit. Ernesto Marques da Anunciação Serra

A Resistência Negra

Os Quilombos: Das lutas coletivas, as organizações dos negros em quilombos são as mais conhecidas. Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Região amazônica, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Sul, conheceram e conviveram com esses agrupamentos de ex-escravos fugidos das cidades e das fazendas. O mais importante deles, o Quilombo de Palmares, teve Zumbi, o seu líder maior. Também a preservação da cultura negra foi uma forma importante de resistência coletiva, através da música, dos ritmos, da vestimenta africana e da cozinha sagrada dos candomblés.

Por outro lado, a resistência individual também desempenhou papel importante. Impedidos por todos os meios de se organizarem coletivamente, os escravos usaram dos modos mais engenhosos e radicais de resistência individual. A recusa em desempenhar determinados tipos de atividades, o suicídio, o assassinato de senhores, as fugas individuais, o assassinato de filhos seguido pelo suicídio das mães escravas foram outras tantas formas de tentar negar a total desumanização que o escravismo visava.

A Lei Áurea: Ato de Bondade ?

Assim, em 13 de maio de 1888, data oficial da abolição da escravatura, menos de 20% dos negros encontrava-se na condição de escravos, pois a maioria já estava liberta, em razão de fugas e rebeliões. Vemos que a assinatura da lei Áurea, pela princesa Isabel, não foi um ato de bondade. Ao contrário do que diz a história oficial, a lei apenas reconheceu algo que já se dava na prática. Além disso, deveu-se também às pressões internacionais para que o Brasil criasse um mercado consumidor dos produtos europeus, o que só poderia ser feito por trabalhadores assalariados.

A história da resistência negra, com todos os seus detalhes, ainda esta por ser contada. Só recentemente a história oficial tem se ocupado em resgatá-la.

No entanto, essa resistência é marca registrada da história brasileira. Antes e depois da Abolição.

Valeu ZUMBI, Guerreiro Negro !

O Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, chegou abrigar aproximadamente trinta mil pessoas. Foi o maior Quilombo brasileiro.

Palmares instituiu entre 1595 a 1695 uma verdadeira república livre em pleno território colonial. Teve como uma de suas principais expressões o líder Zumbi, chefe guerreiro assassinado pelas forças de repressão da coroa portuguesa em 20 de novembro de 1695.

Durante 90 anos ou seja quase um século, a coroa portuguesa organizou cerca de 65 expedições para acabar com o Quilombo de Palmares. A primeira expedição foi em 1602; a última em 1692. Por ordem do rei de Portugal, oito mil e duzentos militares do nordeste juntando-se aos dois mil militares que já estavam próximos ao Quilombo dos Palmares. Sob a liderança do conhecido

Domingos Jorge Velho, que tinha fama de assassinar índios e negros, empreenderam um ataque decisivo. Essa foi considerada a maior expedição bélica do período colonial.

A Organização do Quilombo dos Palmares

Por que tantos homens e tão fortemente armados para acabar com um Quilombo ? Por que esse Quilombo era uma grande fortaleza, e é, ainda hoje considerado a primeira república que o Brasil conheceu. Calcula-se que nos quase cem anos de sua existência viveram em Palmares de vinte a trinta mil pessoas espalhadas por dez pequenas cidades que compunham o Quilombo.

A atividade principal era a agricultura, num sistema de trabalho coletivo. Usavam a metalurgia para fabricar utensílios para agricultura e armas para guerra, além de objetos artísticos. Em Palmares, havia um sistema hierárquico que compreendia a administração, a justiça e a organização militar. O primeiro líder famoso de Quilombo de Palmares foi Ganga – Zumba, um guerreiro que em 1768 aceitou fazer um acordo de paz com o governo. Zumbi era sobrinho de Ganga – Zumba. Nasceu em 1655, foi capturado e entregue a um padre em Recife. Sendo o padre Antonio de Melo, professor de Zumbi, lhe ensinando Português e noções de Latim.

Zumbi, de volta a Palmares

Aos 15 anos, Zumbi fugiu para Palmares. Pouco depois, tornava-se um general. Ele não concordava com o acordo que Ganga – Zumba fizera com o governo, por que constantemente os militares do governo invadiam Palmares.

Zumbi fez seu próprio exercito e começou a reorganizar a comunidade dos Palmares. As lutas continuaram e, em 1693, o governo estabeleceu como prioridade a destruição de quilombo. Só a partir dessa ocasião, com canhões e mais de dez mil militares, deu-se o maior massacre da história nos Palmares, isso deu-se sob o comando de Domingos Jorge Velho.

Embora ferido Zumbi conseguiu fugir. Dois anos depois, as tropas militares o assassinaram, isso deu-se após a captura de um membro de seu grupo, que o traiu após ser muito torturado.

Zumbi, foi morto no dia 20 de novembro de 1695. Foi esfaqueado, degolado, tendo sua cabeça exposta em praça pública. Por essa razão o Movimento Negro Brasileiro instituiu essa data como Dia Nacional da Consciência Negra.

A Resistência Negra Após a Abolição

Vinte anos depois da abolição formal do trabalho escravo, a população negra reafirmava sua tradição de luta.

Em 22 de novembro de 1910, liderados por João Cândido, o “Almirante Negro”, os marinheiros da Marinha de Guerra apontavam seus canhões contra o Rio de Janeiro, para protestarem contra os castigos corporais e as más condições de trabalho (Revolta da Chibata)

A Frente Negra Brasileira

Entre 1903 e 1963 aconteceu um fenômeno em São Paulo que tem sido estudado por muitos cientistas sociais: o surgimento de mais de vinte diferentes jornais escritos por negros.

Esses jornais eram mantidos pelos próprios negros, com a colaboração de membros da comunidade que se uniam para ajudá-los. Eles são um fato único no Brasil: revelam a determinação em manter a organização dos negros.

As discussões nesses jornais, a colocação permanente dos problemas da comunidade negra, as denúncias contra o racismo e a violência policial contra os negros levaram à criação do maior movimento político negro do Brasil: a Frente Negra Brasileira.

Criada em 16 de setembro de 1931, na Rua da Liberdade, em São Paulo, sob a liderança de José Correia Leite, a Frente Negra foi um movimento de caráter nacional, com repercussão internacional. Abrigou milhares de negros e, como foi bem sucedida, transformou em partido político, em 1936. No entanto em 1937, Getúlio Vargas dissolveu todos os partidos, entre eles a Frente Negra Brasileira.

Nesse período, surgiram os clubes de lazer dançantes e esportivos, constituídos por negros, já que eram impedidos de frequentar os clubes brancos.

Negro e Outras Organizações

Outro fenômeno importante entre as décadas de 1940 e 1960 é o surgimento de diversas organizações negras que estimulavam a participação política e artística dos negros dos negros. Podemos destacar o **Teatro Experimental do Negro (TEN)**, criado em 1944 pelo Professor Abdias do Nascimento, que depois tornou-se Senador pelo Rio de Janeiro.

Dentre suas realizações, o TEN auxiliou a criação de duas organizações de mulheres negras: “O Conselho Nacional das Mulheres Negras”, fundado em maio de 1950 por Maria de Lourdes Nascimento, e a “Associação das Empregadas Domésticas”, estabelecidas igualmente em 1950 e liderada por Arinda Serafim e Elza de Souza, ambas domésticas. As mulheres negras criaram ainda o Ballet Infantil do TEM, com aula inaugural de Katherine Dunham.

Com o golpe militar de 1964, mais uma vez assistiu-se ao recuo das organizações negras de outros movimentos populares brasileiros. Só em meados dos anos 70 eles conseguiram ganhar impulso novamente. Nesse período, surgiram várias entidades negras, em São Paulo e no Rio de Janeiro. E, em 18 de junho de 1978, durante um ato de protesto nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, foi criado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente denominado de Movimento Negro Unificado – MNU.

Estava mantida a tradição de resistência do povo negro brasileiro, que há cinco séculos vem combatendo a opressão e o racismo.

Branco Negroiro

Fala Gíria
Não saí da macumba
Tem sombra de samba no pé
Arremedo de ginga na bunda
Mas detesta movimento negro
Bloqueia
Tem medo que um sol preto
Brote na sua cabeça
Raios salientem lâminas
E o passado aconteça
Amanhã
Ao contrário
(Cadernos Negros 15 : poesia, pag. 27)

O Brasil imaginado

O Brasil sempre procurou sustentar a imagem de um país cordial, caracterizado pela presença de um povo pacífico, sem preconceito de ***raça e religião**. Durante anos alimentamos a idéia de que vivíamos uma verdadeira democracia racial, apesar das visíveis desigualdades e limites de oportunidades oferecidas aos negros, mulatos, índios e ciganos. Sempre interessou ao homem branco a preservação do ***mito** de que o Brasil é um paraíso racial, como forma de absorver as tensões sociais e mascarar os mecanismos de exploração do outro, do diferente.

- **Raça** : É a subdivisão de uma espécie, formada pelo conjunto de indivíduos com caracteres físicos semelhantes, transmitidos por hereditariedade : cor da pele, forma do crânio e do rosto, tipo de cabelo, etc. **Raça** é um conceito apenas biológico, relacionado somente a fatores hereditários, não incluindo condições culturais, sociais ou psicológicas. Para a espécie humana, a classificação mais comum distingue três raças: **branca, negra e amarela**.
- **Mito**: Representação deturpada de fatos ou personagens reais que, repetida constantemente, leva a elaborar uma interpretação falsa de um momento histórico ou de um grupo. O **mito** induz a acreditar numa realidade que não é verdadeira.

Mas será que este paraíso racial realmente existe ?

Procure olhar a sua volta. Como vivem, onde e em que trabalham os brancos, os negros, os mulatos e os indígenas brasileiros ? A que grupo racial pertence a maioria dos meninos de rua ? Quantos médicos, professores universitários, padres, engenheiros, gerentes de banco, militares, industriais, políticos ou apresentadores de televisão você conhece que sejam negros, mulatos ou indígenas ?

Ligue a televisão no horário nobre e assista à novela das oito. Preste atenção aos comerciais. Folheie uma revista. Ao sair de casa, observe com atenção os outdoors fixados ao longo das grandes avenidas.

Quantos personagens das novelas ou anúncios não são brancos ? Qual o papel que, na maioria das vezes, os negros ou mulatos assumem ? ou ainda: quem consome aquele iogurte tão saudável ou aquela margarina que dá água na boca ?

E os judeus ? O que você já ouviu ou leu a respeito deles ? Você tem alguma lembrança de ter estudado que, no período colonial, o Estado e a Igreja Católica perseguiram todos aqueles que fossem descendentes de judeus ? Ou que vários brasileiros acusados da prática do judaísmo foram presos, julgados e alguns até mesmo queimados pela Inquisição em Portugal ? ou ainda que durante o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) o Brasil se negou a receber imigrantes judeus que fugiam do nazismo* e do fascismo*, sob alegação de que pertenciam a uma raça impura, indesejável ?

- **Nazismo** : Regime de características fascistas e racistas, que dominou a Alemanha durante o governo de Adolf Hitler (1933 – 1945). Era um regime autoritário e ultranacionalista, apoiado na crença da superioridade da raça branca e no ódio aos judeus e voltado para o expansionismo alemão.
- **Fascismo**: Regime político totalitário instaurado por Mussolini na Itália entre 1926 e 1939, marcado pelo nacionalismo, pelo anticomunismo e pelo antiliberalismo.

O preconceito racial acabou ?

Você talvez comente : “São coisas do passado!”

Infelizmente, não são. No Brasil, ao longo dos últimos meses de 1992, jovens integrantes de grupelhos neonazistas picharam muros e instalações de uma emissora de rádio nordestina em São Paulo, reproduzindo slogans à imitação dos movimentos racistas europeus. Através de atos de vandalismo, pediam o extermínio de negros, judeus e nordestinos, recuperando das cinzas velhos preconceitos.

Se prestarmos atenção ao noticiário internacional, verificaremos que casos semelhantes, e muito mais radicais, tomam conta do cenário político da Europa Ocidental, atingida nos últimos anos por ondas de violência racista. Na Alemanha, neonazistas provocaram incêndios e atentados seguidos de morte. Na França e na Itália, cemitérios judeus foram profanados, enquanto na Espanha milhares de pessoas, usando suástica no braço e portando bandeiras com emblema franquista, saíram as ruas para comemorar o aniversário de Franco, ditador fascista. Em várias partes do mundo voltam ecoar as saudações nazistas Heil Hitler ! e Sieg Heil !

Conceitos

Discriminação Racial : Tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicas.

Preconceito :Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem conhecimento dos fatos. É uma idéia preconcebida e desfavorável a um grupo racial étnico, religioso ou social. Implica aversão e ódio irracional contra outras raças, credos , religiões, etc.

Racismo: Muito mais que apenas discriminação ou preconceito racial, é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores a outras. As principais noções teóricas do racismo moderno derivam das idéias desenvolvidas por Arthur de Gobineu. O racismo deforma o sentido científico do conceito de raça, utilizando-o para caracterizar diferenças – religiosas, lingüísticas e culturais.

O perigo existe. A crise política, social ou econômica, marcada pelo desencanto, pela miséria e pelo desemprego, forma um cenário propício ao aparecimento e à proliferação de raciocínios e juízos deformados, investigadores de tensões e conflitos sociais. Detecta-se um problema, quando na verdade é outra. Os fatos reais são interpretados de maneira distorcida, de acordo com os interesses do grupo que domina. Nos momentos de crise procura-se sempre apontar um culpado, um bode expiatório, que possa ser responsabilizado pelos males que atingem o país, encobrendo os verdadeiros responsáveis.

Se a população estiver mal informada, a repetição contínua das mesmas mensagens ou acusações, através de meios de comunicações, de grafites nos muros, expressões populares, videogames, literatura, etc, pode levar esses movimentos a se transformarem em fenômeno de massa, como ocorreu nos anos 30 e 40 na Alemanha nazista, ou como ainda ocorre nos Estados Unidos e na África do Sul.

Racismo Camuflado

Felizmente, no Brasil não existiram campos de concentração, **progroms*** ou extermínio premeditado de judeus, índios, negros ou ciganos. Da mesma forma, não identificamos aqui situações como as da África do Sul e que caracterizam o **apartheid***. Por isso, muitos brasileiros insistem na idéia de que o Brasil jamais foi um país racista. Esse país imaginado, porém, é muito diferente do país real, que podemos perceber pela observação atenta dos fatos do dia a dia. Não há dúvida de que existe preconceito e discriminação contra negros, mulatos, judeus, índios, ciganos, japoneses e outros estrangeiros.

No Brasil há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial. Tal mentalidade, se pensarmos bem, é tão perigoso quanto aquela que é assumida, declarada. O racismo camuflado é traiçoeiro: não se sabe exatamente de onde vem. Tanto pode se manifestar nos regimes autoritários quanto nas democracias.

Se fizermos um balanço de algumas passagens da nossa história, verificaremos que, por tradição, o brasileiro tem uma mentalidade racista e anti-semita. Esse aspecto está oculto na chamada história oficial, em que certos assuntos são evitados, para não ferir a memória de algumas instituições e personalidades. Dessa forma, persistem os mitos, que alimentam falsas realidades. Muitos necessitam deles para conseguir enfrentar o cotidiano, a fome, a miséria, o caos político. Mas alguns desses mitos agem negativamente, favorecendo determinados grupos sociais, em prejuízo de outros. O Brasil da democracia racial, ou do brasileiro homem cordial não existe. Senão, como explicar a situação marginal em que vivem os negros, mulatos e indígenas ?

Por que e como os mitos se sustentam ? Talvez porque não convenha à maioria branca mudar uma situação de fato e apontar os verdadeiros

interesses mantidos por trás da constante marginalização do negro , mulato ou indígena. Talvez não interesse a certas instituições oficiais trazer a público documentos que venham a manchar a imagem de seus homens, muitos dos quais ministros, políticos, militares ou intelectuais, apresentados até hoje como grandes heróis nacionais.

É com a intenção de analisar o passado, repensando um futuro melhor, sem reincidência de erros, que nos propomos a recuperar a trajetória do pensamento racista no Brasil e indicar tanto suas nuances camufladas quanto as formas de manifestação aberta.

Através do estudo dos mitos que persistiram em nosso passado, tentaremos explicar esse Brasil imaginado, caracterizado pela democracia real, e o Brasil real, racista e anti – semita por tradição.

- **Pogroms** : Na Rússia czarista, no final do século XIX, massacres e episódios de violência a que as autoridades submetiam a população judaica: os soldados invadiam os bairros judeus e cometiam todo tipo de violência e perseguição. Milhares de judeus foram deportados ou obrigados a emigrar.
- **Apartheid** : Regime racista em vigor a partir de 1948 na África do Sul, hoje oficialmente extinto. Os negros eram proibidos por lei de morar em bairros destinados a brancos e de freqüentar os mesmos locais públicos: havia escolas, clubes e restaurantes, praias e até igrejas separadas para brancos e negros. Só os brancos podiam votar nas eleições gerais e os casamentos mistos eram proibidos. No início do anos 90 as leis do apartheid foram revogadas, em consequência de muitos anos de intensa luta e da sua condenação por quase todo mundo.

Brasil Colônia, Construindo Mitos

Durante cinco séculos consecutivos, negros, mulatos, indígenas, judeus e ciganos, uns mais, outros menos, foram discriminados pelo homem branco cristão. Foram, em momentos distintos e sob diferentes justificativas, tratados como seres inferiores, em função de sua cultura, raça ou condição social.

Desde o século XVI, expressões estereotipadas foram empregadas pelo colonizador europeu interessado em segregar esses grupos. Apesar de viver no século do humanismo e das descobertas de outros mundos, para além da velha Europa e da Ásia, esse homem não soube entender o outro, o desconhecido, visto ora como infiel, ora como exótico.

O europeu chegou ao Novo Mundo com uma bagagem repleta de superstições e preconceitos e atirou-se às conquistas, sob a justificativa de estar a serviço de Deus e de Sua Majestade. Embora defendendo a idéia de uma colonização pacífica e cristã, tratou os indígenas como povos bárbaros, escravizando-os e tomando-lhes as terras. Sob a alegação de que eles eram preguiçosos, sustentou durante séculos o mito do índio indolente, conceito que ainda hoje está presente na mentalidade da maioria dos brasileiros. Daquela

época, herdamos a idéia de que o índio não tem responsabilidade do homem “civilizado”, portador de uma cultura superior e em condições de administrar terras.

Boa parte dos textos históricos e literários que têm o índio como personagem reforça apenas os aspectos folclóricos de sua cultura, tratando-os como irmãos estranhos. A imagem do índio continua a ser idealizada, longe de expressar uma realidade marcada pela miséria, pela doença, pelo alcoolismo, pelo duro trabalho como bóia-fria e pela tentativa de adaptação à vida civilizada. Depois de tanto tempo, o índio continua a ser considerado como outro, julgado pelos valores do homem branco.

Com relação aos negros, a situação não foi diferente. Tratando-os como seres inferiores, verdadeiros animais ou objetos, o grupo dominante encontrou um pretexto para explorá-los como mão de obra escrava. Eram ridicularizados por seu aspecto físico ou por seus costumes e, sob pretexto de que possuíam sangue impuro, estavam proibidos de exercer cargos públicos, militares e religiosos.

Nos tempos da colônia os negros e mulatos eram relegados às profissões e atividades consideradas degradantes para os brancos. A estes estavam reservadas as atividades intelectuais, os serviços religiosos, os cargos de poder. A Igreja Católica e o Estado sempre defenderam a posição superior dos brancos, valendo-se de leis e convenções que lhes garantiriam os melhores cargos, títulos e outros privilégios.

Herdamos do período colonial um mundo repleto de preconceitos, apesar do intenso processo de miscigenação. Ao contrário do que se pode imaginar, a miscigenação apenas colaborou para aumentar a massa da população escrava: até a Lei do Ventre Livre em 1871, os filhos de escravas, fossem ou não mestiços, eram escravos. No processo de competição por um lugar melhor na escala social, venceria aquele que mais se aproximasse do modelo ideal aceito pela sociedade; o branco cristão. Prova disso é a expressão negro de alma branca, que a cultura popular emprega ainda hoje para caracterizar um negro bom e leal.

Durante séculos, os princípios gerais da sociedade européia foram formulados pela Igreja Católica. Os ensinamentos da Igreja, suas normas e o que ela considerava ser a verdade, os dogmas, não podiam ser questionados ou modificados.

Na Espanha em 1478 e em Portugal em 1536 criou-se o Tribunal do Santo Ofício, também conhecido por Tribunal da Inquisição, destinado a vigiar as idéias e o comportamento dos cristãos, punindo os hereges e todos aqueles que se desviassem da verdade e das normas impostas. Hoje, com base na análise dos processos inquisitoriais, sabemos que este “santo tribunal” perseguiu principalmente os **cristãos novos***, sob alegação de serem falsos cristãos e de praticarem o judaísmo em segredo (criptojudaísmo).

Interessada no seqüestro de bens dos cristãos novos, a Inquisição estendeu seus tentáculos por todas colônias Ibéricas, atuando também no Brasil, para onde em várias ocasiões enviou visitantes (eram representantes do Santo Ofício). Através da violência do terror, do segredo e da censura, a Inquisição ajudou a manter o preconceito contra os descendentes de judeus, estigmatizados como desonestos, indignos, falsos e infames.

As idéias segregacionistas foram veiculadas através de sermões, contos, canções, crônicas, poemas, anedotas, textos teatrais e pintura. Em todas essas formas de expressão a figura do negro emerge como um ser inferior, animalizado, serviçal; e o judeu surge como inimigo da humanidade, identificado com a encarnação do demônio, com o **anticristo***

A elite dominante, representada pelo homem branco cristão, manipulava os meios de divulgação e expressão, impondo suas leis e seus valores. Desta forma, garantia a preservação do status quo : posse de terras, acesso a cargos religiosos, militares e públicos, etc.

- **Cristão Novo:** Expressão pejorativa usada para o judeu convertido ao cristianismo e seus descendentes. Na Espanha em 1381 e em Portugal em 1497 todos os judeus foram obrigados a se batizarem. Opõe-se a cristão velho, cristão há muitas gerações, autêntico, genuíno.
- **Anticristo:** Lenda da Idade Média segundo a qual um falso Messias (filho do demônio com uma judia) viria a terra no final dos tempos para enfrentar o verdadeiro Messias (Cristo, filho de DEUS com uma virgem judia) e derrotar o mundo cristão, com auxílio dos judeus.

A exclusão dos negros

Dessa forma, entre 1871 e 1920, cerca de 3 390 000 imigrantes chegaram ao Brasil dos quais entre outros:

- 1 373 000 eram italianos;
- 901 eram portugueses e
- 500 eram espanhóis

É bom lembrar que esse número se aproxima dos cerca de 4 000 000 de africanos trazidos para o Brasil entre 1520 e 1850.

Os historiadores afirmam que os imigrantes que para cá vieram traziam como única experiência de trabalho as atividades rurais, ou seja, a mesma do ex-trabalhador escravo. No entanto, a eles estavam reservadas as novas oportunidades.

Não podemos esquecer que o ex-trabalhador escravo havia sido o principal produtor de riquezas durante quase quatro séculos, no entanto, não recebeu nenhum tipo de indenização, tendo sido entregue à própria sorte. Assim, com o fim do escravismo, passou a ser estranhamente considerado preguiçoso.

A Produção dos Negros Durante o Escravismo

Hoje, a importância do trabalho negro é relatada por diferentes estudiosos. Um exemplo da importância do trabalho negro no período do escravismo pode ser observado nos dados sobre a produção do açúcar e do ouro.

Com fruto do trabalho dos negros, a partir de 1560, os portugueses se tornaram os maiores produtores de açúcar nas Américas, dominando o mercado mundial.

Quanto ao ouro, entre 1700 e 1800, a produção brasileira foi tão grande que alcançou em cem anos a metade de todo o ouro que o mundo produziu em trezentos anos. Foram 983 000 quilos de ouro brasileiro saqueados e despejados principalmente na Inglaterra. Essa riqueza serviu, inclusive, para financiar o grande desenvolvimento industrial Inglês.

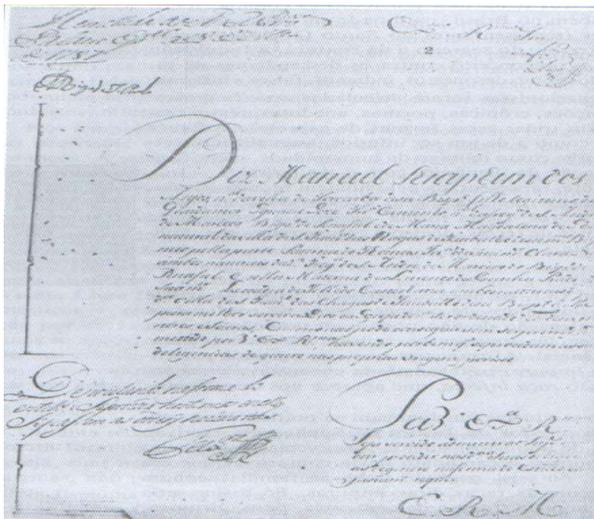
Não só o ouro ou o açúcar, mas a produção de pau brasil, tabaco, algodão, arroz, café, foi resultado do trabalho escravo. Apesar disso, o povo negro foi praticamente excluído da nova ordem que se instaurou a partir de 1888. Mas que isso, a partir desse momento, passou a ser associado a problemas de saúde pública, criminalidade entre outros.

Aos portadores de pele branca pertenceria o futuro do Brasil, sonhavam as elites.

Desde o século XVI, os negros, mestiços, cristãos novos e indígenas foram impedidos de ocupar cargos de confiança e de honra, sob alegação de não possuírem tradição católica e títulos de nobreza. Os argumentos empregados eram de natureza teológica e social. Afirmava-se que esses grupos pertenciam a uma raça impura, cujo sangue se encontrava manchado; daí a expressão **raça infecta**, que aparece nos documentos coloniais.

Para ocupar cargos como : regedor da Justiça da Suplicação, escravidão de juízo, coletor de impostos, juiz de fora, vereador, juiz das confiscações etc. o candidato deveria comprovar que era limpo de sangue, ou seja, que não tinha na família nenhum membro pertencente às raças ditas impuras. Só assim seria considerado um homem “digno de confiança, bom. Virtuoso, temente a DEUS, honrado”.

Segundo as leis e tradições portuguesas, afirmava-se que essas “virtudes” passavam de pai para filho, eram hereditárias. Para comprovar que não pertencia à raça infecta, o candidato tinha que apresentar um atestado que comprovasse a limpeza de sangue. As autoridades abriam então um processo que buscava informações sobre as origens, a vida e os costumes (de genere, vita et moribus)



Processo de Habilitação de Gene-
re Domingos José Coelho, reque-
rendo diligências de puritate san-
Guinis (pureza de sangue)
Arquivo da Cúria
Metropolitana de São Paulo.

As informações eram fornecidas por cristãos velhos convocados para testemunhar. Com relação à origem do indivíduo, podia-se retroceder até a sétima geração, com objetivo de comprovar sua tradição católica de longa data. Uma simples “ouvi dizer” poderia interferir no resultado das investigações, rotulando o candidato de infamado ou impuro de sangue.

Muitos, com objetivo de ocupar cargos públicos, obter títulos honoríficos ou entrar em uma ordem religiosa, falsificavam testemunhos e chegavam a comprar falsos atestados de limpeza de sangue. Os judeus conseguiam se infiltrar entre os cristãos velhos mais facilmente que os negros e mestiços, pois não tinham a cor da pele para o denunciar.

Analisando os regimentos internos das inúmeras ordens e irmandades religiosas que atuaram no Brasil colonial, verifica-se que quase todas endossavam a ideia de limpeza e impureza de sangue.

Para os jesuítas por exemplo, o fato de muitas pessoas nascidas no Brasil serem mulatos ou índios, e não brancos, trazia dificuldades para a vida religiosa, pois seu temperamento irrequieto os tornava pouco aptos para o sacrifício que essa missão exigia. Defendiam ideias semelhantes a Ordem do Carmelitas Descalços de Santa Tereza (Olinda), a Ordem Terceira da Penitência (Rio de Janeiro) e a Ordem Terceira de São Francisco (São Paulo), entre outras.

Divulgava-se sobre tudo junto ao povo pobre, descontente e frustrado, a ideia de que os judeus convertidos eram responsáveis pelos males que atingiam o reino, por serem falsos cristãos. Sua presença era tida como desastrosa, capaz de atrair epidemias e até mesmo terremotos, considerados castigo de DEUS.

Por trás de todas estas explicações, meros pretextos, estavam interesses particulares de cada grupo social. Ao atribuir qualidades negativas ao pólo contrário, a elite dominante encontrou uma fórmula para se defender e valorizar.

As qualidades, boas e más, eram apresentadas como hereditárias e características de uma certa raça. Assim, podemos afirmar que até fins do século XVIII, persistiu no Brasil um racismo de fundamentação teológica, que estigmatizava todos aqueles descendentes de judeus, mouros, mulatos e indígenas, classificados como falsos cristãos, inimigos do reino e da igreja, além de serem vistos como ameaça à fé, à doutrina e aos bons costumes.

O processo de extinção do mito da pureza de sangue foi lento e cauteloso, pois qualquer atitude neste sentido colocava em risco os privilégios estabelecidos: se acreditasse que todos eram iguais por nascimento, tornava-se mais fácil aos grupos “inferiores” assumirem posições mais elevadas na sociedade. Isso é claro, não interessa aos poderosos do império colonial português.

As iniciativas de desfazer esse mito fizeram parte da política defendida pelo Marquês de Pombal, ministro de Dom José I de 1750 a 1777. Ligada ao pensamento iluminista do século XVIII, tal política tinha como objetivo modernizar a vida social e cultural portuguesa, além de fortalecer o poder do Estado e desenvolver o mercantilismo e a atividade manufatureira do reino.

Foi a escassez de capitais de Portugal que colocou o problema dos cristãos novos no ordem do dia, já que esse grupo tinha considerável capacidade empresarial e dispunha de abundantes recursos econômicos. O fim da distinção entre cristãos novos e cristãos velhos transformou-se num poderoso argumento capaz de assegurar a permanência desse grupo no reino e incentivar o afluxo e a multiplicação de capitais. As perseguições empreendidas pela Inquisição, o confisco de bens, os autos de fé* públicos, as listas de fintas* e o mito de pureza de sangue haviam forçado muitos comerciantes abastados, descendentes de judeus convertidos, a deixarem o país e empregarem seu dinheiro na Holanda e Inglaterra.

O preconceito de pureza de sangue foi eliminado da legislação portuguesa (válida para todas as colônias) por um conjunto de leis promulgadas por Pombal de 1768 a 1774. Entre elas destaca-se a Carta Lei de 1773, que proibiu o emprego das expressões cristão novo e cristão velho, ditas ou escritas. Todos aqueles que usassem tal distinção incorreriam em penas de açoite, degredo e perda de títulos e privilégios.

Com o passar do tempo, a intolerância contra os cristãos novos e seus descendentes foi esmaecendo. Adormeceu, mas não desapareceu. Ressurgiu no século seguinte, sustentada pela ciência, pôr novas ideologias e sob outras formas de expressão. Os velhos mitos de base doutrinária ganharam roupagem nova.

- **Auto de Fé:** Proclamação festiva das sentenças do Tribunal da Inquisição. Atraía grande número de expectadores, que iam em procissão até a praça onde se realizava o sermão e a entrega à justiça civil dos condenados à morte. A cerimônia encerrava-se com a queima dos condenados na fogueira.
- **Finta:** Impostos cobrado dos judeus convertidos ao cristianismo Maldosamente, incluíam-se nas listas de fintas nomes de não judeus, contribuindo para infamar muitas famílias, sob alegação de terem antecedentes judaicos.

O Mito da Liberdade

Enquanto o racismo anijudaico era alimentado pela tradição cristã católica, o racismo contra negros derivou da própria escravidão colonial.

O negro e o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O “**mundo da senzala**” sempre esteve muito distante do “**mundo da casa grande**” . Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza moral.

Desse passado de opressão e preconceito, herdamos a discriminação que se pratica hoje contra negros e mulatos. Dos porões dos navios negreiros esses homens passaram para os porões da sociedade. Existe ainda uma quadrinha popular, expressiva desse preconceito secular.

Branco nasceu para o mando,
O negro pra trabalhar.
Quando o negro não trabalha,
Do branco deve apanhar.

Escravidão Suave

Em obras recentes, historiadores e sociólogos têm amenizado a escravidão no Brasil, apresentando-a como suave e enfatizando que os negros escravos recebiam dos senhores um tratamento humano. O que sem dúvida nenhuma deixa muito a se discordar, não é isso que mostra nossa realidade atual e passada. A realidade física e social da escravidão foi dura e cruel e deixou profundas cicatrizes.

A idéia de uma escravidão suave acabou por reforçar o mito da democracia no Brasil. Aqui reside a força dos mitos: a de nos levar a fazer uma leitura imaginária de um momento histórico ou de um grupo (seja *étnico , religioso ou político) , induzindo-nos a acreditar numa realidade que não é verdadeira. Os mitos permitem dar coerência a um mundo repleto de injustiças, onde se tem explicação para tudo: “o negro vive na miséria por que gosta !”

Nos últimos anos da escravatura no Brasil, poucas eram as alternativas de trabalho e as oportunidades oferecidas aos negros e mulatos. Não se criaram condições para que a população negra se interessasse na nova ordem social. Os antigos escravos e seus descendentes continuaram a ser tratados como párias, discriminados pela cor e pela classe social e chamados pelos tradicionais estereótipos boçal, sujo, estúpido, atrasado, bruto, imoral, mentiroso, degenerado etc.

- **Étnico:** Referente a etnia, conceito que engloba as idéias de nação, povo e raça; diz respeito a um grupo com traços físicos e culturais comuns, cujos membros se identificam como grupo, ou seja, sentem que pertencem ao grupo.

Abolição

Se recuarmos até 1888, data da Lei Áurea, veremos que, mais uma vez, a maioria branca falseou a realidade. Na versão de alguns historiadores, a lei expressou a bondade e a capacidade de iniciativa das classes dominantes, preocupadas em oferecer ao negro melhores condições de vida. Outros endossam a tese de que a abolição significou a passagem para forma de trabalho livre.

Entretanto, analisando o cotidiano do ex-escravo, verificamos que as condições e as oportunidades de trabalho oferecidas pouco diferiam de uma escravidão disfarçada. Apesar de livres por lei, os negros e seus descendentes continuavam vivendo na condição de servo ou criado.

Raras eram as profissões às quais os negros conseguiam Ter acesso. Livres e analfabetos, tentavam vender cestos, galinhas, doces, tabaco, etc. Alguns mais espertos e conhecedores da natureza serviam de guias aos viajantes estrangeiros enviados para estudar o Brasil, geralmente a serviço das grandes potências européias.

Uma das profissões desprezada pelas elites brancas era o de ator, assumida por negros e mulatos. Até mesmo os personagens brancos eram

representados por eles. Saint – Hilaire, naturalista francês que esteve no Brasil em 1819, anotou : “Os atores têm cuidado de cobrir o rosto com uma camada e branco e vermelho; mas as mãos traem a cor que a natureza lhes deu e provam que a maioria deles é de mulatos”.

Os libertos continuaram a viver à margem da economia brasileira, entregues à fome, à miséria e aos castigos corporais. Na maioria dos casos, ser livres ou escravo não mudava a situação precária da vida. A fome e o abandono os levavam ao alcoolismo, ao crime e mesmo à loucura. As condições insalubres em que viviam e os maus tratos a que eram submetidos favoreciam a manifestação de doenças e os surtos de insanidade.



Homenagem à Abolição – Arquivo Nacional.

De Escravo a ex-escravo

Uma das opções encontradas pelos negros para ascender na escala social e melhorar sua condição de vida foi o

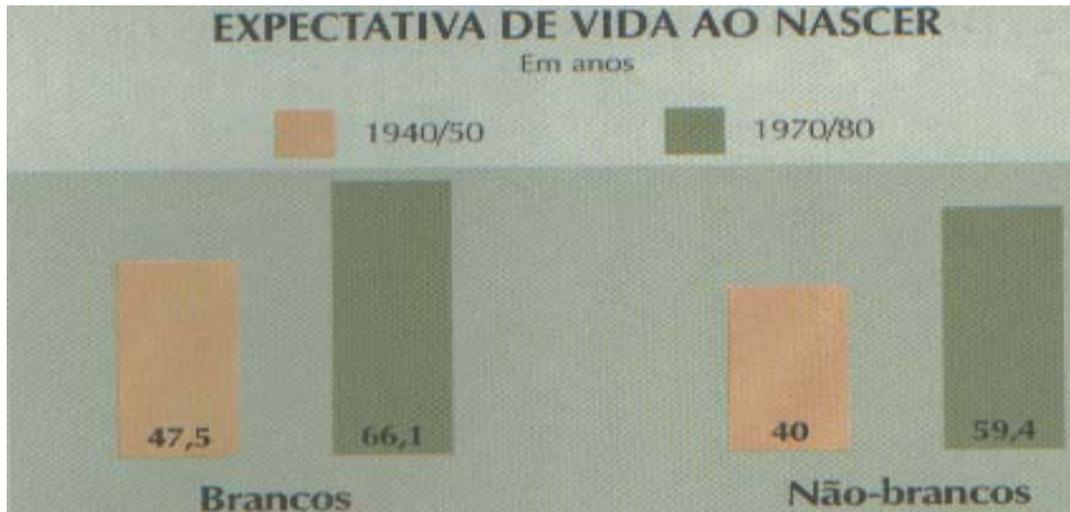
branqueamento. Ao miscigenar-se com o branco, conseguiu clarear a pele; ao alisar os cabelos, aproximou-se do ideal da beleza branca.

Na virada do século XX, o negro livre defrontou-se com o imigrante europeu, valorizado pelos donos de terras como mão de obra mais eficiente. O imigrante simbolizava a chegada do progresso, enquanto o negro era identificado com o atraso.

Ao mesmo tempo, novas idéias científicas o classificaram como membro de uma raça inferior, incapaz para o trabalho livre e responsável pela desordem social e pelo crime: um novo racismo emergia, sustentado pelo avanço da ciência. Substituíam-se a irracionalidade do regime escravista pela racionalidade científica, colocada, mais uma vez, a serviço da discriminação, hoje usa-se o **assédio moral** com forma de racismo e discriminação no Brasil por parte de alguns ainda.

Situação Social dos Negros no Brasil Hoje





Fonte: pesquisa nacional de domicílio, 1990 em Paul Singer, um mapa da exclusão social do Brasil, 1995.



Fonte: Folha de São Paulo, 8 de abril de 1995.

Discriminar é Crime : Racismo e lei

Desde suas primeiras constituições, o Brasil adota princípios constitucionais e legislações que proíbem a discriminação racial. A prática discriminatória não ofende somente a dignidade da pessoa humana, mas fere também uma das bases da democracia: o direito à igualdade.

A idéia de que todos são iguais perante a lei significa que todas as pessoas devem desfrutar das mesmas oportunidades, não se justificando privilégios em razão da raça, sexo, idade e outros fatores. Embora as pessoas e os grupos sejam diferentes, seus direitos são iguais.

Até 1988 a discriminação racial era tratada como mera contravenção penal, uma prática penal considerada menos grave do que o crime.

A Constituição atual trata da discriminação como crime imprescritível (pode ser punido a qualquer tempo) e inafiançável (não se admite que o acusado responda o processo em liberdade). A Constituição de 1988 tratou a prática discriminatória com o máximo de rigor. Além disso, em substituição à antiga lei Afonso Arinos, o Congresso Nacional aprovou em 1989 a chamada lei **Caó**, que define os crimes resultantes de preconceitos racial.

Deve ser destacado ainda que a partir de 1993 surgiram em São Paulo, e posteriormente no Rio de Janeiro, delegacias especializadas em crimes raciais, isto é , delegacias que teriam o papel específico de cuidar de denúncias de crimes motivados por racismo.

A Lei na Prática

Se a lei é tão rigorosa, por que as pessoas continuam praticando tranqüilamente a discriminação sem serem punidas por isso ? Primeiro por que como o discriminador encobre seu racismo com desculpas e subterfúgios, há grande dificuldade de se provar a prática discriminatória, o que dificulta o processo judicial.

É preciso também que as pessoas tenham consciência de que devem denunciar toda e qualquer prática discriminatória para as autoridades competentes, as delegacias e o Poder Judiciário. O silêncio e a omissão apenas reforçam o racismo.

O silêncio de quem sofre o racismo é tão grave quanto o de quem presencia ações racistas e se omite. Negros e brancos têm o dever de não se calar e denunciar toda e qualquer prática discriminatória.

Somente assim poderemos acabar com a impunidade que ainda protege a discriminação racial.

Este Trabalho teve as Seguintes Referencias

Bibliográficas:

Andrade, Elaine Nunes de. Movimento negro juvenil – um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo. SP. Educação/USP, 1996 (Dissertação de Mestrado)

Bento, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco. Discutindo as relações raciais. Ática. 2002.

Fernandes, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Ática, 1978. V. 1 e 2.

Freire, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro e Brasília, INL – MEC, 1980.

Biko, Steve. Escrevo o que quero. São Paulo, Ática, 1990. Série Temas.

Gonzalez, Lélia. “Beleza negra ou ora-yê-yê-ô”. Mulherio, SP mar./abr/1982.

Cadernos de pesquisa. SP, n. 63, nov. 1988. FCC, Raça Negra Educação.

Azevedo, Célia M. M de. Onde negra medo branco: o negro do imaginário das elites, século XIX. RJ, Paz e Terra, 1978.

Mandela, Nelson. A luta é a minha vida. 3ª ed. SP, Globo, 1988.

Memmi, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. RJ, Paz e Terra, 1977.

Moura, Clovis. Brasil: Raízes do protesto negro. SP. Global, 1983.

Arendt, Hannah. As origens do totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder. RJ, Documentário, 1975.

Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia. 2ª ed. SP, Brasiliense, 1988.

Degler, C. Nem preto, nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e EUA. RJ, Labor, 1971.

Fernandes, Florestan. O negro no mundo dos brancos. SP, Difel, 1972.

Ianni, Otávio. Escravidão e racismo. SP. Hucitec. 1978.

Moura, Clóvis. História do negro brasileiro. SP. Ática, 1989.

Nascimento, Abdias do. (org.). Drama para negros e prólogos para brancos. RJ., TEM, 1961.

Ribeiro, Darcy. Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu. 2ª ed. RJ, Guanabara Dois, 1985.

Alguns filmes também foram assistidos para que tivemos de tirar algumas conclusões, foram:

Um Grito de Liberdade;

Amistad;

O Cortiço;

A lista de Schindler;

Faça a coisa Certa;

Mississippi em Chamas;

Quilombo e

Coronéis de Abril.